

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS E AMBIENTAIS - IEA

GOVERNO ESPANHOL

PROJETO DE COOPERAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS

NA AMAZONIA BRASILEIRA

CURITIBA, ABRIL DE 1982

SUMARIO

Resumo	2
I. Introdução	3
II. Antecedentes	5
III. Objetivos	8
IV. Justificativa	8
4.1 O potencial extrativo da região amazônica	8
4.2 A base social do extrativismo	9
4.3 A biodiversidade	10
V. Metodologia	12
VI. Agenda de execução	14
VII. Considerações finais	15
VIII. Orçamento	18

RESUMO

Este projeto de cooperação do Governo Espanhol com o IEA pretende viabilizar um processo contínuo de criação de Reservas Extrativistas, na Amazônia brasileira. Inicialmente proposto para duas etapas de 01 ano cada - 1992 e 1993 - nas quais 05 Reservas virão a ser criadas, na sequência, o mesmo número de áreas será criado a cada ano. Através dele, o IEA cuidará de produzir o levantamento e sistematização de informações básicas sobre áreas previamente eleitas pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região e encaminhá-las às instâncias governamentais competentes - o Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Procuradoria Geral da República - PGR, junto aos quais gestionará pela criação das Reservas, a elas prestando assessoria técnica e oferecendo subsídios específicos, até a última etapa de cada processo. Começando por atender à áreas remotas da região, como os seringais do Rio Jutai, no Amazonas, e os castanhais do Rio Trombetas, no Pará, a proposta visa contribuir para a consolidação das Reservas Extrativistas como forma de uso sustentado da floresta, alcançando as populações extrativistas mais indefesas diante do processo de expansão da "fronteira agrícola" em curso na Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

A proposta de criação de Reservas Extrativistas surgiu no ceio do movimento social dos seringueiros acreanos, em meados da década de 80, em contraposição ao processo de expansão da "fronteira agrícola" na região, iniciado nos anos 70, e que ali os alcançou de forma inclemente.

Resistindo às investidas da "moderna" empresa, que por incentivos governamentais faz da pecuária extensiva sua principal frente de ocupação, na Amazônia, os seringueiros tinham no "empate"* o único recurso a antepor aos desmatamentos empreendidos pela pecuarização.

No entanto, transcorridos 15 anos e muitos "empates", desde que os seringais do Acre e da região começaram a passar para as mãos de latifundiários sulistas, o processo expansionista seguia seu curso praticamente incólume, não obstante terem os trabalhadores conseguido manter a mata de pé em muitas áreas sob risco iminente, e amealhado considerável repercussão nacional sobre os conflitos de que vinham sendo vítimas.

Foi através dos "empates", entretanto, que os seringueiros conseguiram alguma interlocução com o Estado, da qual Chico Mendes foi um dos principais artífices e líder inconteste.

Em 1985, já sendo impossível impedir os desmatamento através apenas dos "empates", e tendo recrudescido ainda mais a reação dos fazendeiros a essa forma de resistência, os trabalhadores extrativistas decidiram realizar um encontro nacional, em Brasília, inédito no país, fazendo de sua realidade um fato social e propondo como solução para os problemas a que estavam submetidos a transformação dos seringais em Reservas Extrativistas.

Naturalmente embutida na proposta dos seringueiros - por estar na manutenção da floresta a principal condicionante da atividade extrativista tradicional - a questão ambiental ganhou "status" de carro-chefe da causa amazônica, o que levou as Reservas a serem reconhecidas no âmbito do poder público como unidade de conservação de uso auto-sustentado. De amplitude

* o mesmo que impedir, empatar; mutirão através do qual os seringueiros com suas mulheres e crianças se põem à frente de um desmatamento, na tentativa de impedi-lo. 1/3 dos "empates" até hoje realizados (aproximadamente, 50) resultou em êxito, assegurando a não derrubada de mais 1,2 milhão de hectares de floresta.

nacional, a proposta conta somente com (04) quatro Reservas criadas, todas na Amazônia. Antes, porém, já ganhara conotação de instrumento de Reforma Agrária, dadas as dimensões fundiárias e sociais que estão a presidir os conflitos na grande maioria das áreas extrativistas. Por essa via, 10 (dez) projetos de assentamento extrativista foram criados na floresta amazônica, mas nenhum deles implantado até hoje.

Independentemente das causas que estão na origem dessa proposta, porém, o fato é que o mundo passou a conhecer uma forma de uso sustentado da floresta, que mal atinava pudesse já existir dentro da própria mata. Foi com evidente surpresa que o mundo se deparou com essa descoberta e com surpresa ainda maior que os seringueiros se viram no foco de uma discussão decisiva para a humanidade no limiar do Terceiro Milênio: o problema da auto-sustentabilidade do planeta.

Tamanha repercussão teve sua razão de ser, pois ainda que sem conhecimento de causa específico, a opinião mundial se apercebeu do quanto representava aquela forma de vida forjada na floresta, ao contrário da maioria das atividades humanas, desenvolvida em detrimento dela.

Hoje, o debate continua a fluir intenso, com controvérsias presentes e equívocos a reparar, mas já não persistem dúvidas sobre a importância das Reservas Extrativistas para a Amazônia, o Brasil e o mundo.

Tema dos mais debatidos e valorizados, nesse contexto, a biodiversidade - e mais especificamente a sua manutenção, viabilizada em áreas de proteção ambiental, como as Reservas Extrativistas - tem estado no centro das preocupações de cientistas, governantes e do grande capital, em todo o mundo.

Nas Reservas Extrativistas, a biodiversidade, além de mantida, vem sendo "decodificada" por gerações seguidas, tornando disponíveis bancos naturais de germoplasma, dos quais a biotecnologia e o desenvolvimento econômico cada vez mais dependem e sem os quais não avançariam.

Num processo avassalador de expansão, como o iniciado na Amazônia brasileira com os anos 70, a proteção de áreas da floresta, através da manutenção dos agentes sociais que a ocupam e a desvendam de forma a nela se inserirem como parte do próprio ecossistema florestal, faculta a continuidade e a modernização da experiência secular desenvolvida por populações tradicionais que, ao lado dos povos indígenas, vêm produzindo saberes e conhecimentos, no trato com a natureza, que somente elas possuem e são capazes de transmitir.

Muito embora as Reservas Extrativistas não representem alternativa ao desenvolvimento regional, pois que são de

aplicabilidade fisicamente localizada (sua amplitude alcança 1/4 da floresta amazônica), traduz-se em proposta capaz de harmonizar desenvolvimento e bem estar, com proteção ambiental e manutenção da biodiversidade, e embrião de um modelo de desenvolvimento sustentado para a região. E isso depende do número de Reservas que se criem e do apoio que se aporte às populações alcançadas por esse processo.

II. ANTECEDENTES

Reserva Extrativista pode ser definida como uma área ocupada por populações que utilizam, tradicionalmente, recursos de base extrativa para exploração de subsistência e comercial, transformada em área do poder público e administrada através da concessão de direito real de uso, por comunidades locais. É, ao mesmo tempo, uma unidade de conservação e de produção, uma vez que o desenvolvimento do extrativismo tradicional depende da manutenção das condições naturais das bases de recursos que explora.

O conceito surgiu da necessidade de encontrar-se uma alternativa que promovesse de forma adequada a regularização fundiária dos antigos seringais (áreas de exploração da borracha nativa) na Amazônia e respondesse, ao mesmo tempo, às demandas dos grupos locais por melhores condições de vida. Foi elaborado no contexto do confronto entre tradicionais habitantes da floresta e novos grupos econômicos, confronto esse resultante da política de incentivos à implantação de projetos agropecuários, pelo governo brasileiro, na região.

É chave no conceito de Reserva Extrativista (REx) o reconhecimento da existência de populações tradicionais na região, que utilizam a floresta como meio produtivo, estimadas, aproximadamente, em 300 mil pessoas, e a inexistência de alternativas de desenvolvimento que contemplem a especificidade histórica, econômica e social desses grupos sociais.

Contrariamente à maioria dos planos governamentais para a região, a proposta surgiu dos grupos locais da Amazônia e foi, aos poucos, sendo incorporada pelo Poder Público, através da assessoria de pesquisadores identificados com as demandas locais.

Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária, em 1.987, a proposta recebeu a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista - PAE, tendo sido criadas, sob a responsabilidade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), até 1.989, 10 áreas totalizando 889.548 ha e beneficiando 2.924 famílias. A partir de 1.989 passou a fazer

parte do Programa Nacional do Meio Ambiente, tendo sido regulamentada através do Decreto Nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990, recebendo a denominação de Reserva Extrativista. Sob a responsabilidade do IBAMA foram criadas 4 áreas totalizando 2.162.989 ha e beneficiando 6.250 famílias. (Tabela 1)

As duas denominações não expressam conteúdos diferentes, mas sim responsabilidades institucionais distintas. Além disso, enquanto a primeira requer regularização fundiária prévia à criação, por ser um instrumento de Reforma Agrária, a segunda, por ser considerada uma unidade de conservação, permite a imobilização de áreas para fins de uso sustentável, e posterior regularização fundiária.

A tabela a seguir mostra o conjunto de áreas protegidas segundo essas denominações, que equivale a cerca de 1% da área total da Região Norte (Amazônia Clássica) e 0.6% da Amazônia Legal.

TABELA I - PROJETOS DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA (PAEs) E RESERVAS EXTRATIVISTAS (REs) CRIADAS, 1991.

UNIDADE FEDERATIVA	PAEs	AREA (HA)	FAMÍLIAS
ACRE	5	166.586	563
AMAPÁ	3	323.500	1.068
AMAZONAS	2	339.462	1.293
SUB-TOTAL	10	889.548	2.924
UNIDADE FEDERATIVA	REs	AREA (Ha)	FAMÍLIAS
ACRE	2	1.476.756	4.600
AMAPÁ	1	481.650	1.000
RONDÔNIA	1	204.583	650
SUB-TOTAL	4	2.162.989	6.250
TOTAL GERAL	14	3.052.527	9.174

FONTE: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais - IEA.

Esses dados, repetidos à exaustão em relatórios do IEA, do Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS e em artigos de imprensa, não sofreram nenhuma modificação, quantitativa ou qualitativa, em decorrência de ação governamental, de março de 1990 a dezembro de 1991. Em vista disso, delineamos instrumentos de política pública de caráter abrangente, para a região, sendo o principal deles o Programa Nacional de Reservas Extrativistas-PNRE, que, proposto ao Governo Federal, foi executado através de convênio firmado entre IBAMA, o CNS e IEA.

Esse Programa visava o desenvolvimento de ações nas áreas de criação, implantação e desenvolvimento de Reservas Extrativistas, tendo permitido, fundamentalmente:

a. na área de criação: aperfeiçoar e consolidar, junto a Procuradoria Geral da República, a metodologia adotada no processo de criação das Reservas (nenhuma área foi criada nesse período por absoluta falta de disposição política para isso);

b. na área de implantação: demarcação da Reserva Chico Mendes, no Acre; e

c. na área de desenvolvimento: aprovação de um projeto de desenvolvimento integrado da Reserva do Rio Cajari e PAEs Maracá I, II e III, junto a Fundação Adenauer, da Alemanha, já em execução e com vigência até 1994.

Finalmente, em janeiro de 1992 e depois de inúmeras buscas e investidas de representações dos trabalhadores extrativistas e suas assessorias - de modo particular o IEA - junto ao poder público federal, para que a estrutura governamental atendesse de forma objetiva as necessidades das populações tradicionais da Amazônia, surge o Centro Nacional do Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais - CNPT, no âmbito do IBAMA.

Com a finalidade de apoiar a elaboração, implementação e implantação de planos, programas, projetos e ações necessárias ou demandadas pelas populações tradicionais, o CNPT, constituído a poucos dias do prazo de validade dos decretos de criação das 4 Reservas existentes, conseguiu viabilizar, a tempo, todo um conjunto de ações que levaram ao início da regularização fundiária das áreas, evitando, dessa forma, que os propósitos daqueles decretos prescrevessem. Hoje, com um programa emergencial de atendimento às já criadas e outro, regular, dirigido às novas Reservas, a direção do CNPT mostra-se com disposição de avançar no processo de criação, implantação e desenvolvimento dessas áreas.

Como a criação de uma Reserva, por si só, não leva à melhoria do quadro histórico de jugo e espoliação a que estão submetidos os trabalhadores extrativistas - ao contrário, interrompe, às vezes, de uma hora para a outra, o tradicional sistema de relações econômicas e sociais, deixando comunidades inteiras desprovidas e fragilizadas - a criação desse Centro Nacional e a linha de atuação que vem adotando modifica muito - e para melhor - o cenário em que vem sendo implementada a proposta dos seringueiros, no âmbito do poder público, tornando mais consequente o próprio processo de criação.

III. OBJETIVOS

3.1. Geral:

- viabilizar a criação de 05 (cinco) novas Reservas Extrativistas, na Amazônia brasileira, até dezembro de 1993.

3.2. Específicos:

a. elaborar diagnóstico de 05 áreas extrativistas, eleitas pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, tendo em vista a fundamentação do processo de criação das Reservas;

b. assessorar o IBAMA e a Procuradoria Geral da República no processo de criação das áreas previstas;

c. implantar setor de cartografia informatizada para dar suporte ao processo de criação e desenvolvimento de Reservas Extrativistas, e

d. formular e apresentar ao Governo Espanhol proposta de continuidade do presente projeto, com vistas ao desenvolvimento de um processo contínuo de criação de Reservas Extrativistas.

IV. JUSTIFICATIVA

Um conjunto de argumentos, descritos a seguir, tem o objetivo de estabelecer as bases em torno das quais a proposta de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia deve ser considerada.

4.1 O potencial extrativo da região amazônica.

Segundo o Projeto RADAMBRASIL, até 1975, a Amazônia brasileira apresentava 1/3 de seu território com cobertura florestal apropriada ao uso extrativista em níveis médio a elevado. Isso representava cerca de 1,2 milhão de km² de áreas com potencial para o extrativismo. Considerando os índices de desmatamento ocorridos desde então (8,5 até 1990, segundo o INPE), estima-se que, pelo menos 25% do território amazônico, ou seja, 900 mil km² continuam apresentando esse potencial. Se aquelas áreas forem agregadas as áreas com capacidade natural de

uso para o extrativismo abaixo do nível médio, verifica-se que 40% a 50% da região têm vocação extrativista (MENEZES, M., 1990).

4.2 A base social do extrativismo.

Os dados do Censo Demográfico de 1980 apontam uma população ocupada diretamente na produção extrativa vegetal e animal, na Amazônia, igual a 304.023 pessoas. Considerando uma média regional de 5 pessoas por família, pode-se afirmar que dependem de atividades florestais para sobreviver, um total de 1.520.115 pessoas, o que significa 53.39% da população rural da região.

Apesar de defasados, em decorrência das profundas modificações ali ocorridas na década de 80, esses dados são significativos para demonstrar a idéia de que há, na Amazônia, uma população ocupada em atividades florestais que precisa ser melhor conhecida e estudada.

É importante salientar os efeitos imediatos de uma política de formação de estoques de áreas protegidas na Amazônia, sob a figura de Reservas Extrativistas:

a. reconhece direitos históricos dos seringueiros sobre áreas tradicionalmente ocupadas e protegidas de florestas, criando as condições necessárias para o estabelecimento de programas sociais, econômicos e tecnológicos de desenvolvimento sustentável;

b. cria um estoque de áreas preservadas que possibilita a manutenção de bancos genéticos para pesquisa; assegura a diversidade biológica, o equilíbrio climático e representa um potencial econômico para futuro uso;

c. estabelece uma limitação imediata sobre os desmatamentos, fortalecendo medidas econômicas tomadas recentemente pelo governo, como a taxaço de impostos sobre as atividades agrícolas;

d. provoca queda na especulação da terra nessas áreas, na medida em que projetos de expansão de desmatamentos ficam proibidos;

e. estabelece um equilíbrio maior entre os segmentos sociais em conflito pela posse da terra na Amazônia, na medida em que, com o Decreto 98.897/90, os extrativistas podem requisitar proteção legal contra ameaças de expulsão, violência, ou desrespeito aos critérios de uso de recursos;

f. garante a permanência nas áreas criadas, uma vez que somente o Congresso Nacional pode modificar os decretos de criação de áreas especialmente protegidas, como é o caso das

Reservas Extrativistas;

g. permite a implantação de programas visando a melhoria das condições de vida dentro da floresta, visto que a regularização fundiária nas Reservas constitui importante pré-requisito para programas mais abrangentes de apoio econômico à produção, tecnologia e serviços públicos básicos;

h. fixa a população na floresta, dado que a estabilidade nas Reservas fica assegurada e o êxodo para as cidades torna-se um atrativo menor;

i. diminui os custos de proteção das florestas e aumenta a garantia de sua eficácia, uma vez que os extrativistas constituem-se em verdadeiros guardiões dos territórios que ocupam e dos recursos naturais neles disponíveis, e

j. estabelece parâmetros claros de um novo modelo regional de desenvolvimento para a Amazônia, baseado na auto-sustentabilidade e no estímulo econômico a novos produtos e novos mercados.

Estima-se que na Amazônia exista, atualmente, um contingente de seringueiros diretamente ligados à produção de borracha igual a 79.200 indivíduos, para os quais a conservação da floresta é o único meio que assegura a continuidade de seu modo de vida. Se considerarmos 5 pessoas por família e cada família ocupando, em média, 500 ha, temos que 396 mil pessoas vivem, dependem e cuidam de 39,6 milhões de hectares de floresta, ou 16% da Hiléia brasileira.

4.3 A biodiversidade.

Uma das características mais conhecidas das florestas tropicais é a alta incidência de espécies diversas por hectare. Assim, toda a economia baseada na coleta de produtos nativos da floresta tropical, especialmente quando ocorre o mono-extrativismo, como é o caso clássico da borracha, requer grandes extensões para que a exploração seja economicamente rentável. Isso significa que a capacidade de suporte populacional da floresta, considerando apenas sua base natural, sem a introdução de outras atividades complementares, é baixa e não adequada para usos intensivos.

As florestas desempenham fundamental papel na regulação do clima, através da circulação da energia e do calor ali gerados, contribuem para a absorção do excesso de dióxido de carbono advindo da poluição industrial e de veículos que queimam combustível fóssil, etc. No entanto, a principal contribuição das florestas tropicais está na manutenção da diversidade da flora e fauna do planeta.

A exuberância de espécies silvestres e a pobreza de indivíduos são, na verdade, uma característica genérica da fauna brasileira. Possuímos o maior viveiro de aves do mundo, com 1.580 das 8.700 espécies conhecidas - mas isso não significa que temos uma população proporcional a essa dimensão numérica. Contabilizamos, ainda, 750 das 4 mil espécies de mamíferos conhecidas no planeta. Temos 16 gêneros e 44 espécies de macacos, o que nos torna a mais variada reserva de símios da Terra. Nos rios amazônicos proliferam 2.500 espécies de peixes, dez vezes mais do que em todos os mares reunidos (Veja 18/8/82; Isto É Senhor 8/6/83).

Metade dessas espécies vive em florestas tropicais úmidas, que cobrem apenas 2% da Terra. A floresta amazônica possui aproximadamente 7 milhões de km² e reveste o Norte do Brasil, as Guianas, sul da Venezuela, sudeste e sul da Colômbia, leste do Equador e do Peru, e norte da Bolívia. Prolonga-se pela vertente do Caribe até o México. O Brasil possui a maior fração dela, com uma superfície superior a 4 milhões de Km², equivalente a 48% da área total do País.

A Amazônia abriga 75% das florestas brasileiras e 30% dos biomas florestais mundiais, reunindo mais de 100 bilhões de árvores. No entanto, 65% dos solos da região, formados por uma fina camada de húmus sobre terreno arenoso, são inadequados para qualquer tipo de plantio convencional (Veja 18/8/82).

Segundo o Dr. Herbert Schubart, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, de Manaus, a floresta amazônica encerra cerca de 40% das espécies de seres vivos da superfície das terras emergidas. Sua biodiversidade é maior que a das florestas tropicais da Ásia e África, juntas.

Conforme cálculos da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, a cada ano, as florestas tropicais da Terra perdem 20 milhões de hectares, o correspondente a pouco menos que a superfície da Bélgica (Isto É Senhor, 8/6/83).

Quando um habitat perde 10% de seu tamanho original, cerca de metade dos tipos de plantas e animais que abriga correm risco de extinção. A devastação dos ecossistemas florestais é a principal causa do fato de que, a cada ano, extinguem-se 5 mil espécies animais e vegetais. Os cientistas acreditam que existam cerca de 30 milhões de espécies no planeta, sendo que apenas 1,4 milhão foram descritas e identificadas. Se o ritmo atual de destruição da natureza não for reduzido, um terço das espécies vivas poderá desaparecer até 2.050, sem sequer terem sido identificadas e conhecidos seu potencial de utilização para a civilização humana.

O Brasil possui 151 Unidades de Conservação, totalizando 33,2 milhões de hectares, ou 3,9% do território nacional (IBAMA,

Outubro 1991). Deste total, apenas 53 Unidades de Conservação estão localizadas na região Amazônica: 7 Parques Nacionais, 6 Reservas Biológicas, 9 Estações Ecológicas, 3 Reservas Ecológicas, 24 Florestas Nacionais e 4 Reservas Extrativistas, totalizando 27,4 milhões de hectares.

O percentual de unidades de conservação, ideal para a manutenção da biodiversidade regional, é de 20% da área da floresta amazônica. Nesse contexto, a criação de novas Reservas Extrativistas apresenta-se como a melhor alternativa para atingir-se esse índice, tendo em vista a amplitude do potencial extrativo e o fato de que parte significativa das áreas com esse potencial já se encontra ocupada por populações tradicionalmente extrativistas.

Para dar suporte e agilizar o processo de criação e desenvolvimento de Reservas Extrativistas, a exemplo do que já conta a causa indígena no Brasil, faz-se imprescindível o estabelecimento de uma infra-estrutura mínima de serviços voltada a obtenção e sistematização de informações básicas sobre demografia, recursos naturais, sócio-economia, tecnologias apropriadas, intercâmbio de experiências, acompanhamento de programas e projetos, etc., para as áreas extrativas da Amazônia.

Nesse sentido, a montagem de um setor de cartografia informatizada, no âmbito do IEA, capaz de fomentar e monitorar esse processo em todas as suas etapas, através do mapeamento e sistematização desses diferentes temas, constitui necessidade que o Instituto busca satisfazer, no atendimento à crescente demanda por informações consistentes e atualizadas sobre essas áreas.

V. METODOLOGIA

Muito embora a presente proposta cubra um horizonte temporal de 02 anos, o que se busca é a implementação de um processo contínuo de criação de Reservas Extrativistas ao longo dos próximos anos, a ser desenvolvido em etapas de 01 ano para cada 05 Reservas, podendo esse número vir a ser maior à medida que o processo avance. Para 1992, porém, na 1ª etapa desse processo, somente será possível o levantamento das 05 primeiras áreas, para criação em 1993, a partir de quando 05 áreas passam a ser criadas por ano. Isso, porque o processo completo - levantamento e criação - demanda 12 meses, aproximadamente, e este projeto de cooperação não se iniciará antes de junho próximo.

As 05 áreas a serem pesquisadas nesta etapa foram eleitas em consulta com o Conselho Nacional dos Seringueiros e Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, e sobre elas serão realizados levantamentos sócio-econômicos e das potencialidades de suas

bases de recursos extrativos, que precedem e fundamentam a criação propriamente.

Todo o processo de criação dar-se-á através de um protocolo de trabalho a ser firmado entre a Procuradoria Geral da República do Brasil - PGR, o Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais - IEA e será implementado segundo os passos (atividades) seguintes:

a. levantamento do quadro sócio-econômico e do potencial extrativo das 05 áreas eleitas, em nível de reconhecimento;

b. sistematização das informações levantadas e elaboração dos relatórios-diagnósticos e respectivos memoriais descritivos, mapas e justificativas;

c. implantação e desenvolvimento, no Escritório do IEA, em Brasília, de um setor de cartografia informatizada, com vistas ao mapeamento das áreas e populações extrativistas da região amazônica e do país como um todo, bem como ao monitoramento, zoneamento e uso atual dos recursos naturais nas Reservas criadas, etc. (O IEA propõe que o Governo Espanhol doe ao Instituto o computador e equipamentos periféricos necessários ao funcionamento desse setor - conforme listados no item VIII - **ORÇAMENTO** - o que facilitaria sobremaneira os trâmites burocráticos de sua internalização no país).

d. levantamento bibliográfico de trabalhos e estudos eventualmente existentes sobre cada área objeto da criação de Reservas (teses, resultados de pesquisas científicas e acadêmicas, etc.);

e. encaminhamento pelo IEA, à Procuradoria e ao IBAMA, no âmbito do protocolo de trabalho, de todo o material produzido e levantado sobre as 05 áreas trabalhadas, para fundamentação do inquérito civil a ser instaurado pela Procuradoria Geral, tendo em vista a criação das Reservas;

f. abertura, pela Procuradoria Geral da República, dos Inquéritos Cíveis que instruirão o processo de criação das Reservas. A critério da Procuradoria, os inquéritos serão abertos simultânea ou sucessivamente:

- elaboração de estudos e pareceres que a Procuradoria Geral julgar necessários à complementação do embasamento técnico-científico das propostas, tendo em vista o parecer jurídico final sobre as mesmas (é da iniciativa da Procuradoria a convocação de instituições, técnicos e pesquisadores, com reconhecida competência para realizar os estudos e pareceres requeridos, inclusive o próprio IBAMA e o IEA, partes integrantes do protocolo de trabalho);

- elaboração do parecer jurídico final, da exposição de motivos e da minuta do decreto de criação de cada Reserva (com prescrição das medidas e ações prioritárias e emergenciais a serem desenvolvidas, pelo Estado, tão logo a Reserva seja criada, isto é, regularização fundiária, demarcação de perímetro, serviços de saúde, educação, etc.). Todas essas tarefas estarão, também, sob a responsabilidade da Procuradoria, assistida pelo IBAMA, Conselho Nacional dos Seringueiros e o IEA;

- encaminhamento, pela Procuradoria, dos decretos e exposições de motivos respectivas, à Presidência da República;

g. assinatura dos decretos presidenciais criando as Reservas;

h. formulação e apresentação, ao Governo da Espanha, em outubro de 1993, da proposta de novas etapas para o Projeto, visando a adoção do pretendido processo contínuo de criação de Reservas Extrativistas;

i. escolha, em consulta com o Conselho Nacional dos Seringueiros e Sindicato dos Trabalhadores rurais da região amazônica, das áreas a serem criadas em 1994, dentre as já identificadas como passíveis de serem transformadas em Reservas Extrativistas. Essas áreas serão pesquisadas durante a 2ª Etapa do projeto (1993); e

j. prestação de assessoria permanente e fornecimento de subsídios ao IBAMA e PGR, durante todo o processo de articulação e criação das Reservas.

VI. AGENDA DE EXECUÇÃO

6.1 Duração do Projeto: jun/92 a dez/93.

6.2 Data proposta para seu início: 10 de junho de 1992.

6.3 Áreas a serem criadas:

<u>Região</u>	<u>Base de recursos</u>	<u>Estado</u>
Rio Jutai	Seringal	Amazonas
Rio Xingu	Castanhal	Pará
Rio Trombetas	Castanhal	Pará
Rio Candeias	Seringal	Rondônia
Rio Preto	Seringal	Rondônia

6.4 Cronograma:

1ª Etapa (1992)

Atividades	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
a	_____						
b		_____					
c			_____	_____	_____	_____	_____
d	_____	_____					
e				_____			
h					_____		
j	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____

2ª Etapa (1993)

Atividades	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
j	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
c	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____
a		_____										
b			_____									
d		_____	_____									
e					_____							
h									_____			
i										_____		

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os últimos dados sobre alteração na cobertura vegetal da região amazônica, anunciados pelo INPE, indicam uma taxa igual a 8.5% da floresta desmatada, até agosto de 1990, evidenciando uma redução de 36% sobre a taxa de 1988 e de 27% sobre 1989 (Gazeta

Mercantil, 07.03.91). Mantidos os esforços governamentais de fiscalização e controle sobre atividades não sustentáveis na região, pode-se supor que esse índice será mantido nos próximos anos. Na medida em que o desmatamento passa a ser controlado pelo Governo Brasileiro, a questão que precisa ser formulada e respondida, é de outra ordem: quais as alternativas para a floresta que está em pé? Como explorar os recursos florestais existentes e o potencial de riquezas distribuído em mais de 90% de seu território?

Uma política de uso dos recursos naturais renováveis para a região amazônica deve ter essa perspectiva invertida e ser concebida em consonância com as prioridades regionais. Devem ser adotadas medidas estruturais como o zoneamento ecológico-econômico e políticas setoriais, econômicas e sociais, que permitam uma reconciliação entre o uso do potencial de recursos existentes e uma adequada distribuição de renda. Para isso, ao lado da restrição ao uso, através da criação de unidades de conservação, é preciso encontrar formas de promover, por meio de instrumentos institucionais adequados, a utilização dos recursos existentes. Não se trata de pensar a região amazônica como área intocada, mas de identificar formas de uso que, ao valorizarem os recursos naturais regionais, incentivem sua conservação.

Dentre as inúmeras alternativas de utilização dos recursos naturais renováveis da região amazônica, a proposta de criação de Reservas Extrativistas procura conciliar interesses de conservação com o desenvolvimento social. Sem considerá-la como uma panacéia para os complexos problemas regionais, o extrativismo deve ser entendido como uma atividade paradigmática para o desenvolvimento sustentável, ao conceber os recursos naturais e ambientais como recursos produtivos, de cuja conservação depende a reprodução da vida econômica e social.

A criação de uma Reserva Extrativista não significa a imobilização de uma área, seja em termos econômicos ou sociais. Ao contrário, é um processo de intervenção planejada em uma realidade que apresenta a mais variada gama de problemas: são populações pobres, sem infra-estrutura social, com pequena capacidade organizativa e altas demandas emergenciais. Não significa, portanto, que se pretenda manter a base extrativista tal como se encontra no momento em que uma Reserva é criada.

A concepção elaborada pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e por diferentes instituições que o assessoram, (universidades, centros regionais de pesquisa, ONGs) para o planejamento de uma Reserva Extrativista é a dos sistemas agroflorestais. Ou seja, a proposta toma como ponto de partida a diversidade econômica já existente e propõe a introdução de tecnologias para realizar adensamento e enriquecimento da cobertura vegetal, aproveitamento de capoeiras para plantios perenes, assim como projetos de processamento industrial dos

produtos da floresta.

Também a contribuição das Reservas Extrativistas na conservação *in situ* de recursos genéticos vem sendo considerada por alguns autores. Eduardo Lleras, do Centro Nacional de Pesquisas de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN/EMBRAPA) considera essa modalidade de uso dos recursos como "reservatórios naturais de genes sob manejo limitado, e como tais, ... de grande interesse para conservação" (Lleras, s/d). Paulo Kageyama, do Departamento de Ciência Florestal da ESALQ/USP, considera que o uso não intensivo das florestas, com baixo nível de intervenção no ecossistema, existente nas Reservas Extrativistas, permite a compatibilização da exploração dos recursos florestais com a conservação dos recursos genéticos (Kageyama, 1991).

A grande peculiaridade desta proposta é a reconciliação que permite entre desenvolvimento, conservação do meio ambiente e equidade social. Sua legitimidade provém do fato de ter sido formulada e demandada por populações regionais organizadas em torno do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e de ter sido incorporada pelo poder público sem perder suas características originais. Sua eficácia depende, porém, da incorporação de resultados de pesquisas específicas voltadas para a potencialidade do uso dos recursos existentes na floresta amazônica ou em outros ecossistemas para os quais possa vir a ser adaptada.

As Reservas Extrativistas podem ser, portanto, consideradas como reservas de desenvolvimento sustentado nas quais atividades econômicas baseadas na extração de produtos da floresta, na agricultura, na criação de animais domésticos, assim como na industrialização destes produtos podem ser desenvolvidas desde que atendam a critérios de sustentabilidade e de retorno social. Do ponto de vista econômico, portanto, busca-se a transformação de uma economia dependente do extrativismo para outra baseada em sistemas agroflorestais.

O processo de execução do Programa Nacional de Reservas Extrativistas - PNRE, não pode sofrer interrupção pelo poder público. O resultado principal é o risco de dispormos de algumas áreas protegidas, como oásis e ilhas, em um contexto geral de degradação.

Pode-se, portanto, concluir que:

a. as Reservas Extrativistas dependem da atuação do Estado para serem criadas e é necessário, portanto, uma permanente articulação com as instituições e pessoas que decidem sobre o setor e que influenciam estas decisões;

b. as Reservas não se consolidam, nem têm significado social e político concreto, se não resultarem de ações articuladas

oriundas dos segmentos sociais para os quais são destinadas, o que demanda uma permanente articulação com o CNS e as comunidades locais;

c. a eficácia de uma ação de articulação política depende também da legitimidade de quem a propõe, o que requer transparência, independência e capacidade técnica. As ações do IEA procuram basear-se na combinação da informação técnica correta com o posicionamento político independente.

VIII. ORÇAMENTO (US\$ 1,00)

1ª ETAPA (1992)

Processo de levantamento (05 áreas)

<u>Discriminação</u>	<u>Un.</u>	<u>Qtidade.</u>	<u>Vr.Unit.</u>	<u>Total</u>
<u>Pessoal e Encargos</u>				<u>18.018</u>
(Coordenação)				
01 coordenador*	sal.	07	1,634	11,438
01 estagiário*	sal.	07	545	3,815
01 secretária**	sal.	07	395	2,765
* Encargos = 36,12%		** Encargos = 57,89%		
<u>Outros Sêrv. de Terceiros e Encargos (20%)</u>				<u>19.080</u>
Consultorias (01 cons./ área/03 meses)	mês	15	960	14,400
Serv.lideranças (02/ área/03 meses)	mês	30	120	3,600
Serv. de desenho	mês	03	360	1,080
<u>Serv. Terceiros</u>				<u>7.100</u>
Fretes	área	05	1,000	5,000
Telefone, fax, correio e xerox	mês	07	300	2,100
<u>Mat. de consumo</u>				<u>350</u>
Mat. de escritório e de desenho	div.	-	-	350

<u>Passagens</u>				<u>4.700</u>
Aéreas (consult.)	-	07	600	4,200
Rodoviárias e fluviais	-	div.	-	500
 <u>Diárias</u>				 <u>11.000</u>
Consult. (05 x 20d)	d	100	50	5,000
Lideranças (10 x 20d)	d	200	30	6,000
Sub-Total				<u>60,248</u>

Montagem do Setor de Cartografia Informatizada-IEA/BSB

<u>Discriminação</u>	<u>Un.</u>	<u>Qtidade.</u>	<u>Vr.Unit.</u>	<u>Total</u>
<u>Pessoal e Encargos</u>				
01 técnico em sistema de informações geográficas*	sal.	07	1,362	<u>17.828</u>
01 digitalizador**	sal.	07	790	5,530
01 secretária**	sal.	07	395	2,765

* Encargos= 36,12% ** Encargos= 57,89%

<u>Aluguel</u>				
01 sala	mês	07	500	<u>3.500</u>
				3,500

<u>Equipamentos</u>				
Micro-computador 386 SX, 100 MB, 02 drives (360 e 1.20), c/mouse, co-proc.matemático e monitor alta resolução Super VGA		01	4,450	<u>23.525</u>
Soft ware de informações geográfica ARC/INFO	-	01	7,500	7,500
Mesa digitalizadora A0	-	01	3,950	3,950
Ploter A0-HP-GL/2 DRAFT PRO SX		01	5,625	5,625
Scanner mesa (full page)		01	2,000	2,000

<u>Serv. de Terceiros</u>				
Curso de treinamento de pessoal	-	01	8,000	<u>8.500</u>
Manutenção do equipam/	-	-	-	500

<u>Mat. de Consumo</u>	-	div.	-	700
Sub-Total				54.054
Sub-Total (1ª Etapa)				114.302
Gastos administrativos (10%)				11,430
Total 1ª Etapa				125.732

2ª ETAPA (1993)

Processo de criação (05 áreas)

<u>Discriminação</u>	<u>Un.</u>	<u>Qtidade.</u>	<u>Vr. Unit.</u>	<u>Total</u>
<u>Pessoal e Encargos</u>				<u>30.888</u>
(Coordenação)				
01 coordenador*	sal.	12	1.634	19,608
01 estagiário*	sal.	12	545	6,540
01 secretária**	sal.	12	395	4,740

* Encargos = 36,12%

** Encargos = 57,89

Outros Serv. de Terceiros e Encargos (20%)

Consultorias (01 cons./ área/01 mês)	mês	05	2,400	12,000
Serv. de desenho	mês	02	360	720
<u>Serv. de Terceiros</u>				<u>6.100</u>
Fretes	área	05	500	2,500
Telefone, fax, cor- reio e xerox	mês	12	300	3,600
<u>Mat. de consumo</u>				<u>3.250</u>

Imagens de satélite
(Land Sat 5, TM, can.
3, 4 e 5, com comp. em
cores, esc. 1:100.000
e 1:250.000)

Mat. de escritório

<u>Passagens</u>				<u>7.700</u>
Aéreas (Coord. - 05, Consult. - 07)	-	12	600	7,200
Rodoviárias e fluviais	-	div.	-	500

<u>Diárias</u> (Coord. - 30, Cons. - 60)	d	90	50	<u>4.500</u>
Sub-Total				<u>65.158</u>

Processo de Levantamento (05 áreas selecionadas na 19 Etapa)

<u>Discriminação</u>	<u>Un.</u>	<u>Qtidade.</u>	<u>Vr.Unit.</u>	<u>Total</u>
<u>Outros Serv. de Terc. e Encargos (20%)</u>				<u>19.080</u>
Consultorias (01 cons./ área/03 meses)	mês	15	960	14,400
Serv.lideranças (02/ área/03 meses)	mês	30	120	3,600
Serv. de desenho	mês	03	360	1,080
<u>Serv. de Terceiros</u>				<u>5.900</u>
Fretes	área	05	1,000	5,000
Telefone, fax, correio e xerox	mês	03	300	900
<u>Passagens</u>				<u>4.700</u>
Aéreas (consult.)	-	07	600	4,200
Rodoviárias e fluviais	-	div.	-	500
<u>Diárias</u>				<u>11.000</u>
Consult. (05 x 20d)	d	100	50	5,000
Lideranças (10 x 20d)	d	200	30	6,000
Sub-Total				<u>40.680</u>

Setor de Cartografia Informatizada

<u>Discriminação</u>	<u>Un.</u>	<u>Qtidade.</u>	<u>Vr.Unit.</u>	<u>Total</u>
<u>Pessoal</u>				<u>30.564</u>
01 técnico em sistema de inf. geográficas*	sal.	12	1,362	16,344
01 digitalizador**	sal.	12	790	9,480
01 secretária**	sal.	12	395	4,740
<u>Aluguel</u>				<u>6.000</u>
01 sala	mês	12	500	6,000

<u>Serv. de terceiros</u>				<u>8.500</u>
Curso de treinamento				
de pessoal	-	01	8,000	8,000
Manutenção do equipam/	-	-	-	500
<u>Mat. de consumo</u>				<u>1.000</u>
Sub-Total				<u>46.064</u>
Sub-Total 2ª Etapa				<u>151.902</u>
Gastos administrativos (10%)				15,190
Total 2ª Etapa				<u>167.092</u>
Total Geral (1ª Etapa + 2ª Etapa)				<u>292.824</u>

Curitiba, abril de 1992.